

## A Psicanálise Dos Psicólogos No Rio De Janeiro Dos Anos 1970

Ana Cristina Figueiredo<sup>1</sup>

### Resumo:

Este texto resulta de uma pesquisa sobre a trajetória do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro no período de 1970 que envolve diretamente os psicólogos e produz uma demanda crescente de formação. Destacam-se dois períodos: a primeira metade da década de 70 caracteriza-se pela ampliação do campo psicanalítico que comporta um certo ecletismo de teorias e práticas tendo os psicólogos como principais agentes desse processo, apoiados no projeto político dos psicanalistas argentinos que chegam ao Brasil, constituindo o que chamamos de uma “psicologia psicanalítica”; a segunda metade da década de 70 apresenta os efeitos desse movimento com a desestabilização da hegemonia das sociedades oficiais formadoras de psicanalistas de origem médica e o surgimento de novas instituições de formação lideradas por psicólogos. Nesse período, emerge o movimento desencadeado a partir da teoria lacaniana que desloca a questão da formação do plano político-institucional para o plano teórico-clínico, ressitando a “psicologia psicanalítica” dos psicólogos em uma nova ortodoxia.

palavras-chave: psicologia; psicanálise; movimento psicanalítico; formação profissional

The psychologists' psychoanalysis in Rio de Janeiro during the 70's.

### Abstract:

This article is based on a research study on the developments of the psychoanalytic movement in Rio de Janeiro during the 70's decade which directly involves the psychologists and produces an increasing demand for professional training in psychoanalysis. Two periods of this process are presented: The first half of the 70's is characterized by the broadening of the Psychoanalytic field that comprises a certain eclecticism of theories and practices having the psychologists as main agents of the process supported by the Argentinean psychoanalysts who arrive in Brazil. This constitutes what we called a 'psychoanalytic psychology'; the second half of this decade presents the effects of this movement such as the destabilization of the hegemony of the official psychoanalytic societies, which accepted only doctors as training analysts and members, and the flourishing of new institutions led by psychologists. In this period emerges a movement supported by Lacan's theory displacing the issue of the professional training from the institutional-political level to the theoretical-clinical one, relocating the psychologists' 'psychoanalytic psychology' in a new orthodoxy. Keywords: Psychology; psychoanalysis; psychoanalytic movement; professional training.

### Introdução

Discutir o problema da difusão da psicanálise é uma tarefa bastante complexa. Em primeiro lugar porque essa difusão se dá em vários níveis: desde o alargamento do campo profissional, passando pela articulação com outros discursos, até atingir os meios de comunicação de massa que veiculam verdadeiras receitas de psicanálise.

No caso do alargamento do campo profissional, entre a titulação de psicanalista e o recurso à psicanálise como instrumento da psicoterapia existe um extenso território que foi progressivamente ocupado. Quanto ao segundo nível, o discurso psicanalítico tem demonstrado um alto grau de flexibilidade e abrangência que lhe confere certo direito de articular-se a outros discursos e práticas sociais ora se apropriando deles, ora sendo apropriado. Suas relações com a medicina, por exemplo -- especialmente com a psiquiatria --, e com a psicologia vão desde uma aliança tática em busca de reconhecimento até a incorporação e transformação dessas disciplinas, muitas vezes para desqualificá-las e sobrepor-se a elas.

           No caso do terceiro nível, que se refere à penetração do discurso psicanalítico nos meios de comuni-

<sup>1</sup> Professora Associada do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPUB-UFRJ; Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

cação de massa, o que sucede de imediato é a vulgarização desse discurso e sua consequente banalização. Nesse caso, o problema assume proporções bem maiores para os próprios psicanalistas, pois eles são os especialistas mais indicados para exercer uma espécie de pedagogia de alcance generalizado através de revistas, jornais, rádio e TV. Abordando temas dos mais variados como a sexualidade, a educação dos filhos, a emancipação feminina, os problemas familiares em geral, os psicanalistas entram definitivamente no cotidiano de diferentes segmentos sociais, prioritariamente numa classe média em mobilidade. Cabem aí algumas questões. Por exemplo, por que e para quê um número significativo de pessoas consome a pedagogia psicanalítica vulgarizada, solicita atendimento terapêutico e até pretende profissionalizar-se em psicologia e psicanálise? Colocando de outro modo, a que tipo de necessidades a psicanálise vem atender, ou ainda, que tipo de necessidades ela vai criar? Nesse ponto, convém lembrar que a difusão depende de determinadas condições sociais que lhe pré-existem e que não estão dadas uniformemente em qualquer sociedade. Eis aí uma articulação bastante complexa que se configura entre o próprio processo de difusão da psicanálise e a demanda que não só é solicitada a atender mas que também se encarrega de promover e reordenar no interior de seu campo.

No caso brasileiro, mais especificamente no Rio de Janeiro, a difusão da psicanálise se deu a partir da própria organização do movimento psicanalítico e seus desdobramentos, que resultou na criação de um grande número de grupos de formação psicanalítica, passando por seus projetos de intervenção nas instituições médicas e pedagógicas, e se estendendo até a livre circulação do ideário psicanalítico nos meios de comunicação.

Este artigo é uma revisitação da pesquisa que realizei para minha dissertação de mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sobre o movimento psicanalítico carioca. Tratou-se de uma pesquisa de reconstituição histórica dos principais fatos, das diferentes instituições existentes e de suas finalidades cobrindo o período de 1970 a 1983. Ao revisitar o material busquei colocar em perspectiva as informações que obtive à época à luz das questões que atravessam o campo atual.

Pretendo focalizar um dos aspectos da difusão da psicanálise: sua difusão interna ao próprio campo profissional. Isto é, como o campo psicanalítico se ampliou internamente, como se articulou com outras práticas terapêuticas, qual o papel da teoria como manutenção da ortodoxia e que consequências isso trouxe para o movimento psicanalítico. Pretendo demonstrar como o movimento psicanalítico sofreu, no caso brasileiro, e especificamente da cidade do Rio de Janeiro, uma hipertrofia cujo efeito mais flagrante foi induzir uma intensa demanda de formação psicanalítica por parte de um contingente cada vez maior de profissionais liberais -- médicos e paramédicos -- em particular os psicólogos clínicos. A própria psicologia clínica acabou sendo talhada conforme o modelo psicanalítico vigente e patrocinada pelos próprios psicanalistas desde seus primórdios. Na década de 1970, quando a psicanálise atingiu um novo marco e ampliou seu processo de difusão em diferentes áreas, os psicólogos tomaram a frente do movimento. Com isso, o campo psicanalítico se tornou mais heterogêneo, não só devido à sua ampliação mas também, e especialmente, porque atingiu um certo ecletismo de teorias e práticas que ameaçavam, por um lado, descaracterizá-lo, e, por outro, desestabilizar a hegemonia dos grupos "oficiais" -- autorizados pela International Psychoanalytical Association -- IPA -- sobre o "mercado psicanalítico".

Finalmente, discutirei as novas estratégias de reorganização do movimento referidas em particular ao movimento lacaniano que emerge no final da década de 70. Em torno dele passaram a gravitar os psicanalistas que pretendiam resgatar a psicanálise de sua difusão e consequente descaracterização, e redefinir sua especificidade de modo a assegurar uma espécie de contrapoder sobre o conceituado aparato legitimador da IPA. Entretanto, o que se constatou foi a retomada do processo de difusão, agora firmado sobre outras bases, que arregimentou em torno do movimento lacaniano todo um público já afeito à psicanálise criando mesmo uma maior expectativa de profissionalização.

Convém destacar que este trabalho não pretende comprometer-se com esta ou aquela corrente psicanalítica. Ao contrário, supõe que todas são de algum modo referidas à psicanálise como modelo. Pretende, acima de tudo, reconhecer suas estratégias políticas, a que servem e que tipo de questão suscitam no quadro geral da difusão do movimento psicanalítico.

## A difusão da psicanálise no Brasil: o caso do Rio de Janeiro

Nos anos 1970 assistiu-se ao que se convencionou chamar *boom* da psicanálise nos grandes centros urbanos brasileiros. Uma intensa difusão da psicanálise se deu através da mídia (programas de TV, novelas, matérias em jornais), da crescente publicação de livros acessíveis ao público leigo, bem como de revistas femininas com seções de aconselhamento psicológico assinadas por profissionais que se apresentavam como psicanalistas, substituindo os antigos ‘conselheiros sentimentais’ (Santos, 1982; Katz, 1974; Figueira, 1988; Russo, 2007). Assistiu-se a uma espécie de “corrida ao divã”, com um número cada vez maior de pessoas, pertencentes às camadas médias urbanas, buscando algum tipo de terapia psicanalítica. A demanda era de melhorar a qualidade dos vínculos eróticos, afetivos e familiares, de ampliar a criatividade ou eficácia profissional tornando a queixa cada vez mais inespecífica. É também um momento de grande esvaziamento do espaço público.

O *boom* psicanalítico coincidiu com o período de maior obscurantismo da ditadura militar que, iniciada com um golpe em 1964, estendeu-se por mais de duas décadas. Foi um período de forte repressão ideológica e perseguição política dirigida aos setores mais intelectualizados da população jovem, principalmente no meio universitário, a partir do Ato Institucional nº5 de 1968, que restringiu drasticamente a liberdade de expressão atingindo intelectuais, professores e estudantes (Martins, 1979; Coimbra, 1993). Impera, nesse momento, uma forte censura aos meios de comunicação, com a tortura, perseguição e morte de dissidentes políticos. Neste mesmo período, a primeira metade dos anos 1970, ocorreu o chamado “milagre econômico” brasileiro. Apoiado num processo de modernização do consumo, teve como efeito a ascensão social e econômica de amplos setores da classe média dos grandes centros urbanos, com destaque para os profissionais liberais.

A coincidência entre a intensa difusão da psicanálise, como terapia e visão de mundo leiga, e os anos mais obscuros da ditadura, costuma levar a uma interpretação segundo a qual o fechamento político teria levado à alienação social e, por isso, à busca de soluções privadas e individuais (proporcionadas, entre outras coisas, pela psicanálise). Embora de fato as possibilidades de militância política fossem, naquele momento, drasticamente reduzidas, a procura da psicanálise para a compreensão de si certamente ultrapassa a explicação pela via da alienação política, devendo ser articulada a todo o processo de modernização e mobilidade social a que me referi mais acima.

De qualquer modo, não pretendo explorar aqui essa discussão (Katz, 1974; Velho, 1981; Figueira 1985, 1988; Russo, 2012). O foco deste artigo, como explicitarei acima, são as transformações operadas pela fortíssima difusão da psicanálise no próprio meio “psi”. Pretendo discutir como a difusão envolve uma categoria profissional específica – os psicólogos – produzindo, ao mesmo tempo, uma demanda crescente de terapia e de formação profissional.

Focalizo o caso do Rio de Janeiro, pelas peculiaridades que o movimento psicanalítico adquiriu nesta cidade. Ex-capital do país (a capital se transferiu para Brasília em 1960), o Rio permaneceu, durante as décadas seguintes, como o centro do poder no país, dividindo com São Paulo a centralidade em termos de produção artística e intelectual.

Rio e São Paulo serão os polos onde irá se concentrar boa parte do movimento psicanalítico brasileiro. Ao contrário de São Paulo, porém, onde a psicanálise desde cedo manteve relações importantes com o campo intelectual mais amplo (ver o trabalho de Facchinetti neste dossiê), no Rio de Janeiro a nova doutrina foi rapidamente absorvida e controlada pelo campo psiquiátrico<sup>2</sup>. Esse fato vai ter conseqüências importantes para a constituição do campo psicanalítico carioca.

As duas sociedades de formação em psicanálise que passaram a funcionar no Rio de Janeiro a partir dos anos 1950 com a chegada de dois psicanalistas enviados pela *International Psychoanalytical Association* (IPA) – a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) e a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) – desde o início só aceitavam médicos como candidatos. Em suma, no Rio de Janeiro a psicanálise “oficial” foi monopolizada pelos médicos (em geral psiquiatras) desde seus primórdios. Este fato fez com que o campo psica-

2 Ver sobre isso Mokrejs (1993), Ponte (1999), Rocha (1983) e Russo (2002). É importante assinalar que no início do século XX, o Rio de Janeiro, por ser a capital do país, abrigava um *establishment* psiquiátrico mais estruturado e conservador do que São Paulo. Sobre a história da psicanálise em São Paulo, ver Oliveira (2006).

nalítico carioca fosse, desde cedo, mais instável e sujeito a turbulências do que o paulista.

Vou me ocupar justamente da maior fonte dessa instabilidade: a relação entre os psicólogos e os psicanalistas-psiquiatras, e como os primeiros passaram de consumidores da psicanálise e objeto de investimento dos psicanalistas, como seus clientes, alunos e supervisionandos para agentes promotores da psicanálise, demandando uma formação reconhecida.

Destacarei dois períodos desse processo: a primeira metade da década de 70 caracteriza-se pela ampliação do campo psicanalítico que comporta certo ecletismo de teorias e práticas tendo os psicólogos como principais agentes desse processo, apoiados no projeto político dos psicanalistas argentinos que chegam ao Brasil, constituindo o que chamamos de uma “psicologia psicanalítica”; a segunda metade da década de 70 apresenta os efeitos desse movimento com a desestabilização da hegemonia das Sociedades Psicanalíticas “oficiais” ligadas à IPA formadoras de psicanalistas de origem médica, e o surgimento de novas instituições de formação lideradas por psicólogos.

Apresento esses dois períodos focalizando o protagonismo dos psicólogos e sua aliança com alguns psicanalistas dessas Sociedades e com os psicanalistas argentinos que foram os primeiros formadores e, posteriormente, os emigrados em função da ditadura em seu país, a chamada “vaga argentina”, e a emergência da ortodoxia lacanianiana como novo paradigma para a “psicanálise dos psicólogos”.

Antes de focalizar esses dois momentos, farei uma breve incursão histórica acerca do surgimento da psicologia clínica na cidade, buscando demonstrar como os primeiros contatos dos psicanalistas com os psicólogos no Rio de Janeiro se dão desde o surgimento do primeiro curso de psicologia no início dos anos 50.

### **Os primórdios da psicologia clínica no Rio de Janeiro**

O ensino mais sistemático da psicologia teve início em 1953, quando foi criado o Instituto de Psicologia Aplicada, filiado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Este Instituto começou funcionando em um hospital público (a Santa Casa de Misericórdia), oferecendo um curso em horário noturno como complementação para profissionais de áreas afins (Vilela, 2011).

Em 1956 o curso passou a funcionar na universidade sob a coordenação do Padre Benko, um entusiasta da psicanálise. Benko convidou um psicanalista de São Paulo e uma psicóloga que trabalhava em atendimento infantil com orientação psicanalítica para compor o corpo docente do curso.

Em março de 1960 foi criado, também na PUC-Rio, o Centro de Orientação Psicopedagógica (COPP) “para orientação e assistência aos pais, às crianças com problemas e aos adolescentes”, também sob a direção de Benko. Psicanalistas tiveram uma atuação importante como supervisores, professores e peritos encarregados da seleção dos alunos aptos para o trabalho clínico. Dos estagiários era exigido que estivessem em análise e o modelo imperante era a psicanálise baseada na escola inglesa — especialmente em Melanie Klein — com atendimento de três a quatro vezes por semana (Langenbach, 1982).

Na primeira metade dos anos 60 a PUC-Rio foi, portanto, pioneira na formação de psicólogos cujo suporte teórico era dado basicamente pela psicanálise.

Nesse período, além dos serviços do COPP, funcionavam dois centros de atendimento infanto-juvenil no Rio de Janeiro com orientação psicanalítica que forneciam estágio para os estudantes de psicologia: o IPE — Instituto de Pesquisas Educacionais —, do Serviço de Ortofrenia e Psicologia, ligado à Secretaria de Educação, e o COI/COJ — Centro de Orientação Infantil e Juvenil —, ligados ao Ministério da Saúde.

Os psicólogos vão assim paulatinamente penetrando o campo da clínica, exercendo funções de terapeuta e supervisor e ampliando cada vez mais sua clientela, passando a orientar seus estagiários. Na divisão do “mercado clínico” tendem a se ocupar da área infantil. Em sua grande maioria são mulheres que conseguem profissionalizar uma função marcadamente feminina, a de cuidar das crianças, exercendo-a com a legitimidade que os psicanalistas e as instituições do Estado lhes outorgavam. Mas elas próprias se analisavam com os psicanalistas-médicos das duas Sociedades “oficiais”, que teriam a “competência” necessária para tratar de adultos.



Em 1962, quando a profissão de psicólogo foi regulamentada pelo Estado brasileiro, ficou oficializada a possibilidade de uma prática clínica. Assim, os psicólogos conseguiram uma via legal de reconhecimento de um trabalho já estabelecido.

A partir de 1968, com a reforma universitária e o conseqüente incentivo à privatização das universidades, surgiram novas escolas de ensino superior e os cursos de psicologia proliferaram — chegam a somar, nos anos 1980, dez cursos só no município do Rio de Janeiro. No início da década de 1970 o contingente de psicólogos formados já era grande e a clínica já havia definitivamente sido eleita como a especialidade psicológica por excelência<sup>3</sup>. O modelo de atendimento privado passou a predominar em detrimento do trabalho nas instituições vinculadas ao Estado, e a inspiração era eminentemente psicanalítica. A penetração da psicanálise na psicologia clínica — ponto-chave de sua difusão no campo profissional — vai culminar no *boom* do início dos anos 1970. Nesse quadro, a atuação dos psicólogos clínicos vai ser decisiva para alterar os rumos do movimento psicanalítico.

A psicanálise que então inicia seu processo de intensa difusão, encontra nos psicólogos seus clientes preferenciais. Os psicanalistas das duas Sociedades “oficiais” existentes na cidade analisam psicólogos, ensinam-lhes psicanálise, supervisionam seus atendimentos. Mas o acesso ao título de psicanalista lhes será negado. Ou seja, as sociedades “oficiais”, apesar de ter nos psicólogos seus grandes clientes, mantinham o monopólio médico sobre a formação e o título legítimo. A situação tornava-se potencialmente explosiva.

### **1º Período: A constituição de uma “psicologia psicanalítica”**

Entre 1970 e 1976 vários eventos possibilitaram a criação de instituições mais ou menos consolidadas para abrigar psicólogos na tentativa de apropriar-se da psicanálise sob a ambígua tutela dos psicanalistas.

Destacamos três grupos relevantes nesse processo: Fábio Leite Lobo, o Instituto de Orientação Psicológica (IOP) e a Sociedade de Psicologia Clínica (SPC); o Grupo dos Oito e o Centro de Estudos de Antropologia Clínica (CESAC); os argentinos e a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência (APPIA). Vários psicanalistas e psicólogos transitaram entre esses diferentes grupos muitas vezes participando ativamente em mais de um evento. Não cabe aqui detalhar cada um, mas localizar pontualmente suas referências e articulações.

#### *Fábio Leite Lobo o IOP e a SPC*

Fábio Leite Lobo, então diretor do Instituto de Ensino da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), convidou os psicanalistas argentinos Arminda Aberastury e Eduardo Kalina para ministrar seminários, abertos aos profissionais de outras áreas, sobre psicanálise na infância e adolescência na sede da Sociedade. A diretoria, porém, vetou a proposta por ser aberta a profissionais “de fora”. Fábio, com o apoio de seus supervisionandos e analisandos, na maioria psicólogos que trabalhavam no atendimento a crianças, criou um curso paralelo ministrado pelos mesmos psicanalistas convidados. Este curso deu origem ao Instituto de Orientação Psicológica (IOP) que durou quatro anos (1970-74) e chegou a ser frequentado por cerca de cem pessoas apesar de não ter sido anunciado publicamente.

Além dos seminários teóricos, foram incorporados com sucesso estudos de casos clínicos e supervisões em grupo, sendo exigida formalmente uma experiência de análise pessoal. Deste modo o IOP se aproximava, ainda que de modo assistemático e não reconhecido, do modelo tripartite de formação analítica padronizado pela IPA — seminários, supervisão e análise pessoal.

Outros psicanalistas argentinos participaram do IOP como docentes e supervisores: Mauricio Knobel, chamado a substituir Arminda Aberastury após a sua morte precoce, Eduardo Rollas, Leon Grinberg, David Liberman, Marie Langer e Arnaldo Rascovsky pertencentes à Associação Psicanalítica Argentina (APA) ligada à IPA, e formados na orientação kleiniana que era dominante também no Brasil. Curiosamente, alguns desses psicanalistas

3 Segundo Mancebo (1997), quando o Conselho Federal de Psicologia foi criado em 1974, havia 895 profissionais inscritos. Em 1975 esse número subiu para 4.950 e, no ano seguinte, para 6.890.

estavam se desligando da APA por motivos políticos, acusando-a de silenciar sobre ou mesmo de conivência com a ditadura na Argentina.

Os psicanalistas argentinos trouxeram inovações técnicas importantes, como as terapias breves e as técnicas de grupo. Além disso, o próprio estilo de trabalho apresentava peculiaridades: quebra de certas formalidades nas sessões, tanto no que diz respeito à frequência quanto na questão da tão polêmica neutralidade do analista, novas abordagens para crianças e adolescentes, sendo estes últimos ainda pouco considerados como pacientes para análise. Configura-se então uma espécie de “neo-kleinianismo argentino” cujos principais teóricos eram José Bleger, Arminda Aberastury, Enrique Pichon-Rivière, Arnaldo Rascovsky e Emilio Rodrigué.

Através da disseminação de uma abordagem flexibilizada do *setting* analítico, esses psicanalistas vindos de fora, mas legitimados pela IPA, promoveram e instrumentaram uma revisão da ortodoxia dos analistas brasileiros. Os psicólogos utilizaram tal revisão para sustentar e legitimar uma crítica de sua própria exclusão da formação “oficial” em psicanálise. A ortodoxia “conservadora” do *setting* era consentânea à ortodoxia da formação, que impedia o acesso de profissionais não-médicos ao cobiçado título.

Podemos dizer que esse foi o início de uma formação paralela sem o controle da IPA, mas também sem qualquer compromisso em titular seus participantes, levando, na verdade, à ampliação da demanda já existente de uma formação sistemática. Nesse contexto, foi fundado ainda em 1971 um primeiro grupo que institui uma formação psicanalítica somente para psicólogos, ainda que o termo “psicanálise” não aparecesse no nome da instituição. Era a Sociedade de Psicologia Clínica (SPC)<sup>4</sup> cujos fundadores eram todos psicólogos brasileiros, em sua maioria ligados ao IOP.

Os coordenadores dos seminários da nova sociedade eram todos psicanalistas das Sociedades ligadas à IPA que se dispunham a trabalhar com os psicólogos. A SPC se estruturou à imagem dessas Sociedades, com duas modificações importantes: a inexistência da categoria de analista didata na hierarquia dos membros – não havia didatas que se dispusessem a assumir essa função – e o veto inicial à entrada de médicos – uma espécie de represália<sup>5</sup>.

A SPC tornou-se, assim, o único grupo instituído na primeira metade da década de 70 que pretendia uma formação em psicanálise para os psicólogos, ainda que conservasse uma certa ambiguidade presente no próprio nome da instituição, e absorveu basicamente os profissionais já estabelecidos nos anos 60.

Outras duas importantes instituições – CESAC e APPIA – de que trataremos a seguir, surgiram nesse período, explicitando de forma ainda mais clara que a SPC a ambiguidade dos psicólogos que, formados e analisados por psicanalistas “autorizados”, eram impedidos de ter acesso a uma formação “oficial”. As crises que marcaram seu esvaziamento, como veremos, se calcaram nessa ambiguidade.

#### *O grupo dos Oito e o CESAC*

Em 1970, um grupo de oito psicólogos que, após uma controvertida seleção, não foi aceito no curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), iniciou um trabalho em psicologia clínica que pudesse se distinguir de uma formação acadêmica. Inicialmente organizaram-se em torno de dois psicanalistas da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ-IPA): Inês Besouchet, que estava entre os fundadores apesar de não ser médica, e Wilson Chebabi. Posteriormente incorporam a psicóloga e psicodramatista Norma Jatobá e Marta Nieto, psicóloga uruguaia, que se apresentava também como psicanalista.

Recortamos um trecho de um trabalho<sup>6</sup> dos membros desse grupo que é revelador da confusão em que se encontravam os psicólogos na época em relação a seu próprio trabalho clínico e à psicanálise:

*Antes de nosso primeiro encontro [Inês] já era idealizada tanto pelos que a conheciam como pelos que*

4 Posteriormente, nos anos 90, a SPC passa a se chamar SPCRJ – Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro. As letras ‘P’ e ‘C’ que indicavam Psicologia Clínica passam a indicar Psicanálise e Cidade.

5 Boletins Foco – Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro – Instituto de Psicanálise, de mar/abr 83 a nov/dez 83; Estatutos da Sociedade de Psicologia Clínica – Instituto de Psicanálise em vigor a partir de 1982.

6 Trata-se do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia Clínica da PUC-Rio em 1976 intitulado “O Grupo dos Oito – Pré-História do CESAC” de autoria de quatro membros do CESAC: Ira Fernandes, Maria Celuta Lanare, Neide Lobato dos Santos e Vera Drummond.

*não a conheciam. Representava a própria psicologia clínica assumida, vitoriosa e aceita até mesmo como didata por uma sociedade psicanalítica que não aceita psicólogos para formação. Sabíamos já, como foi dito, o que não queríamos, mas nossas ambições eram as mais confusas. Não sabíamos os limites e as diferenças entre ser psicólogo clínico, terapeuta e psicanalista. Por isso mesmo, Inês era a síntese e o símbolo ainda indefinido de nossas aspirações.* (Fernandes e cols, 1976:11)

Assim, Inês passou a supervisionar os casos, mas recusando o título de analista didata, alegava que o importante “não era conseguir um título, mas trabalhar bem”, e só assim eles seriam reconhecidos profissionalmente. Chebabi (1972), por sua vez, afirmava não acreditar em nenhum processo que reestruture uma vida que não seja análise, e reafirmando a inferioridade da psicologia clínica em relação ao alcance transformador da psicanálise dizia:

*Respeitando o silêncio estou esperando que um dia o cliente fale com sua própria língua. Mas se estamos tentando distinguir psicanálise de psicoterapia, a psicoterapia utilizaria predominantemente recursos pré-verbais, e os recursos de verbalização seriam mais da psicanálise, porque os primeiros não utilizariam recursos tão finos. O paciente que sai de uma psicoterapia não sai livre de seus objetos internos.* (grifo nosso) (p.209)

Os psicólogos são então tomados pelo conflito de como usar a psicanálise sem ser psicanalista, sem querer se parecer com o psicanalista, sem diminuir seu próprio prestígio por não ser psicanalista e, principalmente, sem poder utilizar os recursos verbais “mais finos” só permitidos ao psicanalista que garantiriam a qualidade de seu trabalho; ou então ser psicanalistas a seu modo e prescindir do dito reconhecimento “oficial”. Os psicólogos trazem à baila a questão da psicoterapia para psicólogos, mas são os psicanalistas que se encarregam de apontar a diferença, definindo-a negativamente – menos frequência, menos tempo, menos verbalização, menos interpretação – marcando assim uma posição subordinada do psicólogo clínico com relação ao psicanalista.

Essa ambiguidade permeou não só esse grupo, mas a instituição por eles fundada nesse contexto. Trata-se do CESAC – Centro de Estudos de Antropologia Clínica – fundado em 1972 em parceria com o recém-criado Curso de Especialização em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Seus fundadores são os psicanalistas já atuantes no “grupo dos oito”, Inês Besouchet e Wilson Chebabi, mais o teólogo Arcângelo Buzzzi, o filósofo Emmanuel Carneiro Leão, a psicodramatista Norma Jatobá e a psicóloga Therezinha Lins.

O CESAC propõe, a partir de seus fundadores, um programa eclético e diletante que engloba rudimentos de filosofia, psicanálise, antropologia, matemática e outras atividades como a leitura do Antigo Testamento, com discussões etimológicas da língua hebraica, estudo da Cabala e outras. Entretanto, uma das exigências para filiar-se ao CESAC era estar em análise. Em 1972 contava com quinze membros e três anos depois estes somavam noventa e seis. A aliança do CESAC com a universidade mantinha uma indefinição de sua proposta e uma ambiguidade com relação à formação dos psicólogos. Estes buscavam legitimidade através da universidade, mas permaneciam na periferia da psicanálise.

Em 1976, após a conclusão da última turma do curso de especialização, o convênio com a PUC foi encerrado e, a partir de 1977 o CESAC passou por um processo de reestruturação<sup>7</sup>. A primeira medida adotada foi dar início ao atendimento clínico sob a coordenação de uma psicóloga e de um psicanalista. A segunda medida foi definida como a necessidade de revisão dos estatutos do CESAC visando ao aperfeiçoamento do psicólogo. Mas nada referido explicitamente a uma formação em psicanálise.

Em 1978, quando foi criado um novo curso de especialização em psicoterapia psicanalítica no CESAC, deflagrou-se uma crise interna motivada pela indefinição acerca da real função da instituição. O curso foi suspenso e a nova diretoria decidiu manter o CESAC como um centro de estudos com ênfase na pluridisciplinaridade, sem qualquer pretensão a oferecer formação profissional clínica<sup>8</sup>. O grupo interessado no curso se desligou da insti-

7 Relatório de Avaliação do Ano Letivo de 1976 do CESAC.

8 Correspondência da Diretoria do CESAC com o Grupo organizador do Curso de Especialização em Psicologia Clínica – maio/78 a janeiro/79.

tuição e alguns de seus integrantes engajaram-se em outras instituições de formação que vão surgir nessa época.

### *Os argentinos e a APPIA*

A participação de psicanalistas argentinos na organização do movimento dos psicólogos foi fundamental. Foram eles que trouxeram, como em parte vimos acima, uma concepção da psicanálise compatível e mesmo promotora de sua própria difusão em nome de uma justificável crítica às instituições estabelecidas e ao confinamento da prática psicanalítica aos consultórios privados. Seu projeto eminentemente intervencionista visava ampliar o campo clínico da psicanálise sobre as áreas da infância e da adolescência, da família e da comunidade em geral. Para os argentinos, a “vocalização subversiva” da psicanálise residia mais em sua ocupação da sociedade mais ampla do que no recuo ao atendimento privado individual em nome da ortodoxia. Esta era uma prática elitista a ser combatida. Assim, introduziam diferentes técnicas terapêuticas, uma forte ideologia grupalista e, principalmente, as bases de um projeto preventivo-profilático para operar desde o campo da psiquiatria até sobre a suposta normalidade.

É importante destacar que, na psicanálise argentina já havia um movimento contundente contra o conservadorismo liberal da Asociación Psicoanalítica Argentina (APA-IPA). A partir deste movimento vários psicanalistas se desligaram da APA, entre didatas, membros e candidatos, culminando na criação de dois grupos com forte tendência marxista: Plataforma e Documento. Faziam parte desses grupos vários psicanalistas que estiveram no Brasil e Marie Langer era um de seus principais articuladores<sup>9</sup>.

Em 1972 esses dois grupos se dissolveram, dando lugar à Coordenadoria de Trabalhadores de Saúde Mental que incluía outros profissionais entre psicólogos, psiquiatras, psicopedagogos e assistentes sociais com o objetivo de desenvolver uma luta político-sindical. Neste mesmo ano, passou a funcionar o Centro de Docência e Investigação (CDI) subordinado à Coordenadoria com o objetivo de ministrar uma formação em psicanálise alternativa à APA para todos os trabalhadores de saúde mental. Assim, foi criada uma nova categoria profissional, os Trabalhadores de Saúde Mental (TSM) com acesso direto à psicanálise.

Os psicanalistas argentinos, ao introduzirem novas abordagens técnicas, não entendiam que conspiravam a ortodoxia psicanalítica, ao contrário, acreditavam que faziam avançar e democratizar a psicanálise politizando seus atos e ampliando a formação profissional. É, portanto, com essa marca que trouxeram para o Rio de Janeiro um movimento que provocou grande reviravolta no cenário da “psicanálise dos psicólogos”, politizando o movimento nos dois sentidos, de uma militância social e de uma política de formação.

Além dos profissionais que circulavam entre os TSM e no CDI, havia outro grupo que também tinha uma proposta interdisciplinar de modo um pouco diferente do CDI. Esse grupo era liderado por psiquiatras e psicanalistas em contato direto com a American Society for Adolescent Psychiatry que tinha um programa de higiene e psicoprofilaxia para a infância e adolescência, com grande penetração na América Latina. Em 1970, esses psicanalistas fundaram a ASSAPIA – Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência<sup>10</sup> – cujo objetivo era promover uma ampla discussão entre profissionais de psiquiatria, psicologia e psicanálise em nível internacional através de congressos, palestras e publicações.<sup>11</sup>

Em outubro de 1971, por ocasião do II Congresso Argentino de Psicopatologia Infanto-Juvenil, foram lançadas as bases da APPIA – Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência – uma associação nos moldes da ASSAPIA, fundada logo depois no Rio de Janeiro.

Assim, o movimento dos TSM o CDI e a ASSAPIA funcionaram como três focos distintos, mas intercambiáveis, de modelos de intervenção que, guardando entre si características diferentes, mas tendo a psicanálise como suporte comum de seus projetos, proporcionaram uma maior autonomia do movimento dos psicólogos em sua tentativa de apropriar-se da psicanálise. Nessa proposta, esses grupos tiveram uma dupla função política: no sentido amplo – “esquerdização” do movimento dos psicólogos – e no sentido estrito – organização e mobilização dos psicólogos em torno da psicanálise, fornecendo subsídios para a ampliação de sua prática clínica. Os argenti-

10 Foi justo a partir desse grupo que vieram ao Rio os primeiros psicanalistas argentinos para ministrar cursos na SPRJ e no recém-fundado IOP a convite de Fábio Leite Lobo, como já mencionei.

11 Revista Argentina de Psiquiatria y Psicología de la Infancia y de la Adolescência, ano 1, nºs 3-4, set/dez. 70, ASSAPIA.



nos, portanto, vão ratificar o exercício do que chamo “psicologia psicanalítica”.

A APPIA, fundada no início de 1972, teve como seu primeiro presidente um psicanalista da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) Carlos Cesar Castellar Pinto, e como membros fundadores 13 psicanalistas, 34 psicólogos, quatro médicos e três assistentes sociais<sup>12</sup>. Os psicanalistas eram todos membros da SPRJ e entre eles encontravam-se Fábio Leite Lobo (SPRJ-IOP) e Wilson Chebabi (SPRJ-CESAC). Entre os psicólogos encontravam-se vários nomes ligados tanto ao CESAC quanto ao IOP e à SPC e que posteriormente vão se engajar nos novos grupos de formação em psicanálise que surgiram na segunda metade da década de 70.

Segundo seu fundador, a APPIA pretendia ser “uma sociedade científica multidisciplinar de orientação psicanalítica visando a prevenção em saúde mental e a promoção de cursos e congressos com temas psicanalíticos e psiquiátricos”<sup>13</sup>.

A APPIA passou a ser o centro de referência dos psicólogos e psicanalistas brasileiros mais progressistas e dos psicanalistas argentinos interessados em ampliar seu mercado de trabalho e, inclusive, em se refugiar das sérias pressões políticas sofridas em seu país. Para os psicólogos funcionava como uma espécie de “sindicato” que possibilitava a arregimentação da categoria a fim de definir sua função nesse projeto interdisciplinar para a saúde mental. Os psicólogos clínicos do Rio de Janeiro, em sua maioria, eram filiados.

Além desse papel arregimentador, a APPIA teve também um papel crucial na difusão da psicanálise em suas diferentes modalidades de intervenção, descaracterizando, de certo modo o que se concebia como psicanálise na ortodoxia da IPA.

Os dois grandes congressos da APPIA, ocorridos em 1972 e 1976, concentraram uma verdadeira equipe internacional de promotores de uma psicologia psicanalítica ocupando a mídia com seus projetos de saúde mental para a infância, adolescência e as famílias de modo geral. A frequência chegou a cerca de 2.000 pessoas, em sua maioria jovens psicólogos e estudantes<sup>14</sup>.

A partir de 1975, a indefinição sobre seus propósitos começou a ser problematizada e teve início seu processo de esvaziamento. Nessa época começavam a surgir outras instituições que se ocuparam de atender a demanda recorrente de formação em psicanálise, e entramos assim, no segundo período de nosso estudo, a segunda metade da década de 70.

## **2º Período: A “psicanálise dos psicólogos” e o acesso à formação**

Na segunda metade da década de 70, abrangendo o início dos anos 80, a ambiguidade e a indefinição que marcaram o surgimento e o declínio de instituições como o CESAC e da APPIA vão ceder espaço para redefinições que irão resultar em importante reorientação do movimento psicanalítico, com a criação de vários grupos de formação com grande predominância de psicólogos em seus quadros. Esses grupos não apresentavam muitos pontos de contato entre si, podendo-se dizer até que eram bastante heterogêneos em sua proposta organizacional. Entretanto, todos pretendiam sustentar-se através de critérios de legitimação que não incluíssem um recurso à IPA e, sobretudo, que não se assemelhassem àqueles adotados pelas Sociedades já existentes. Travando infundáveis discussões e ameaçados de novas dissidências, esses grupos, vários já extintos, cada um com determinado tipo de investimento, passaram a absorver a demanda de formação psicanalítica que se produziu na primeira metade da década de 1970.

Esquemáticamente, essa descentralização se fez em três níveis: 1. Político-institucional – nem a IPA nem qualquer outra entidade congregadora tinham ascendência direta sobre esses grupos;; 2. Teórico-técnico – ampliação e diversificação das discussões em torno da teoria e da técnica em sua articulação com outros campos de saber; 3. Mercado – multiplicaram-se os serviços de atendimento psicanalítico não só oferecidos pelos novos grupos de

12 Ata de Fundação da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) – 31 de janeiro de 1972;

13 Depoimento de Carlos Cesar Castellar Pinto em entrevista à autora em 1983. Ver também Boletins da APPIA, de maio/75 a abril/82.

14 Programa do I Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil da APPIA – 9 a 13 de julho de 1972; Avaliação do I Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil – APPIA, 1972; Relatório Oficial da Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil no Brasil – APPIA, 1972; Boletim de relatórios e resumos de trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil, APPIA, 1976.

formação, mas também através de vários núcleos autônomos que vão progressivamente se estabelecendo no Rio de Janeiro.

Um traço marcante desse período na reorganização do movimento psicanalítico foi a emergência do movimento lacaniano com sua proposta de redefinição da psicanálise em uma nova ortodoxia sustentada nas formulações do psicanalista francês Jacques Lacan com seu mote de um “retorno a Freud” (Russo, 2009). Essa ortodoxia surgiu como um modo de legitimar a formação em psicanálise definitivamente fora do controle da IPA, uma vez que Lacan havia sido desligado da IPA em 1964 devido a sua heterodoxia e suas ousadas concepções sobre a técnica psicanalítica que eram consideradas inadequadas e mesmo subversivas.

Apesar de só existirem dois grupos que se definiam como lacanianos até os anos 80, o movimento se instaurou ao longo da década de 90 e foi paulatinamente se afirmando como a única possibilidade de se fazer psicanálise. Entretanto, a absorção da proposta lacaniana se deu de maneira eclética, desde a mera curiosidade intelectual de alguns psicanalistas em função da sofisticação teórica que Lacan apresentava, passando pelas instituições já estabelecidas que incluíram a teoria lacaniana em seus seminários e palestras, até propostas mais radicais de reestruturar a própria instituição a partir do modelo de Escola proposto por Lacan. De qualquer modo, o recurso a Lacan tornou-se imperativo a partir desse período até os dias de hoje, atravessando a primeira década do século XXI quando temos várias instituições de maior ou menor porte sustentando a filiação a Lacan e seus seguidores<sup>15</sup>.

Historicamente, as formulações de Lacan foram introduzidas no Rio de Janeiro no início dos anos 70 através dos psicanalistas Hórus Vital Brazil e M.D. Magno, mas o movimento propriamente dito se configurou apenas no final da década e início dos anos 80, tendo obtido um avanço significativo a partir dos anos 90. A virada lacaniana trouxe uma série de desdobramentos no cenário da psicanálise brasileira, principalmente no Rio de Janeiro, favorecendo a descentralização da formação e contribuindo substancialmente para a desestabilização da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) que, como vimos, patrocinou intensamente o primeiro período do movimento dos psicólogos sem, contudo, autorizar ou legitimar sua formação. Veremos a seguir o surgimento dos novos grupos de formação e a chamada crise da SPRJ.

#### *As novas instituições de formação psicanalítica*

No período entre 1976 e 1981 surgiram seis grupos de formação em psicanálise com diferentes propostas institucionais tanto do ponto de vista administrativo quanto acadêmico: IBRAPSI, IFP, SEPLA, Terra-Clínica Escola, Colégio Freudiano do Rio de Janeiro e Letra Freudiana<sup>16</sup>. Muitos dos psicólogos envolvidos com alguma destas instituições são egressos do CESAC e/ou da APPIA.

O dilema inicial desses novos grupos era como instituir uma formação que se caracterizasse por uma luta política contra a hegemonia das Sociedades da IPA e seu modelo de funcionamento e formação, ao mesmo tempo em que necessitavam de algum modo mais efetivo de legitimação. Cada grupo vai tentar resolver esta contradição presente desde a fundação da SPC no início dos anos 70 e agravada pela ambiguidade dos próprios psicanalistas.

o IBRAPSI – Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições – foi fundado em 1978 pelo argentino Gregório Baremlitt (egresso da APA e membro do grupo Plataforma), aliado a dois psicanalistas brasileiros, Luiz Fernando de Mello Campos e Chaim Samuel Katz com o objetivo de reproduzir o projeto político-assistencial do Centro de Docência e Investigação (CDI) argentino e da EPSO – Escola de Psicologia Freudiana e Socioanálise – organizada por Baremlitt dentro do CDI em 1973. Com forte ideologia marxista, passou a ser a primeira instituição a oferecer formação aliada a um projeto político expansionista, mas que se perde na teia da chamada interdisciplinaridade, nas propostas grupais e na perspectiva intervencionista e preventivista dos TSM, deixando em segundo plano a formação em psicanálise propriamente dita.

Teve seu período mais próspero entre 1978 e 1982 com cerca de 160 alunos e uma média de 500 pacientes atendidos na instituição por ano. O programa de formação preparava psicanalistas e socioanalistas na vertente da análise institucional. Em 1983 houve uma crise institucional por motivos políticos que convergiam para a crítica

15 A partir dos anos 90 e mais recentemente na última década, proliferam novas instituições de formação em psicanálise orientadas pela Escola de Lacan.

16 Para um apanhado das instituições surgidas no país, e suas propostas, ver Ropa e Maurano (1989).

à excessiva centralização da gestão por uma ou duas pessoas, e cerca de 50 membros se desligaram para fundar o Núcleo de Psicanálise e Análise Institucional. A partir disso, o IBRAPSI mudou sua razão social para uma sociedade com 60 cotistas, mas logo depois há uma nova dissidência e um grupo de cotistas se retira para criar o Centro de Estudos Sociopsicanalíticos (CESOP). Nenhum desses novos grupos se sustentou por muito tempo e o IBRAPSI fechou suas portas na primeira metade dos anos 90.

O Instituto Freudiano de Psicanálise (IFP) foi fundado em 1979 com a proposta de realizar uma formação em regime de autogestão baseada em dois pontos fundamentais: 1. Quanto à estrutura administrativa: assembleia geral com direito a voz e voto para todos os membros, rotatividade dos cargos; 2. Quanto à estrutura acadêmica: a análise didática é a própria análise pessoal. A leitura de Freud era feita a partir da escola francesa, via Lacan e seus discípulos na época, apesar de não se intitularem lacanianos. Posteriormente adotaram o modelo dos cartéis proposto por Lacan em substituição aos cursos regulares por turmas. Um terceiro ponto a ser destacado sobre o IFP é o fato de se conceberem como uma “instituição feminina por excelência” (Mello, 1982), formada em sua grande maioria por mulheres, originalmente psicólogas, onde os homens em geral “ocupam o lugar de professor, juntamente com algumas mulheres”. O IFP encerrou suas atividades em 1992, tendo a maioria de seus membros migrado para as novas instituições de formação lacanianas.

A Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-americanos (SEPLA) foi fundada em 1978 por ex-membros do CESAC. A proposta era organizar uma formação psicanalítica baseada na articulação das “humanidades” – antropologia, filosofia, história, mitologia – aliada a uma psicanálise mais eclética que incluía a psicologia junguiana e a gestalt-terapia<sup>17</sup>. Entre seus membros havia um grupo mais interessado no movimento laciano ligado ao psicanalista argentino Eduardo Vidal que, posteriormente, fundou a Letra Freudiana. Essas diferenças geraram tensões insuperáveis e a SEPLA encerrou suas atividades no início dos anos 90.

O grupo que funda a Terra-clínica Escola em 1979 surgiu a partir do trabalho em orientação vocacional baseado nas propostas do psicólogo e psicanalista argentino Rodolpho Bohoslavsky e em parceria com o psicanalista Lourival Coimbra, originalmente membro da SBPRJ e na época membro da SEPLA. A formação em psicanálise seguia o modelo de grupos operativos de autogestão, e a base teórica era fornecida pela escola inglesa, principalmente Wilfred Bion (grupos operativos), pelo psiquiatra e psicanalista argentino José Bleger com formação marxista e pela antipsiquiatria de Cooper e Laing. A base do funcionamento institucional da Terra era a ideologia grupalista em pequena escala tendo os grupos como alicerce da instituição. Entretanto, sua atuação no cenário psicanalítico não foi expressiva e não chegou aos anos 90.

Os outros dois grupos mencionados – Colégio Freudiano do Rio de Janeiro e Letra Freudiana – se organizaram explicitamente em torno da promoção e da ratificação das teorias de Jacques Lacan em seu “retorno a Freud”. O Colégio Freudiano foi fundado em 1976 por Betty Milan e Magno Machado Dias, e a Letra Freudiana foi fundada já no início dos anos 80 sob a liderança de Eduardo Vidal, referido acima.

Dois características chamam a atenção no que tange ao surgimento desses grupos. Em primeiro lugar, a permanência da psicanálise e dos psicanalistas argentinos, como fonte de legitimação para os “psicólogos psicanalíticos” – estando presente em três das seis instituições listadas acima. Essa legitimidade parece advir de duas possibilidades: de um lado da crítica política, calcada em concepções marxistas, que fazia parte de uma crítica social mais ampla estreitamente vinculada à luta contra a opressão dos anos de ditadura (sendo o IBRAPSI a instituição emblemática desse caso). De outro, da crítica à ortodoxia da IPA proporcionada pela leitura lacianiana. Dessas duas fontes de legitimidade, uma foi nitidamente mais eficaz: dentre os seis grupos criados nesse período somente os dois últimos, explicitamente lacanianos, sobreviveram à virada dos anos 1990.

De fato, o referencial mais claramente político do IBRAPSI, que também aparecia no modo de organização do IFP e na proposta formativa da Terra - clínica Escola, não parece ter sido suficiente para sustentar a legitimidade buscada. Por contraste, o movimento laciano ofereceu uma alternativa à ortodoxia da IPA cujo sucesso foi inegável. A efetividade de sua crítica a essa ortodoxia e sua capacidade de legitimar grupos externos à IPA advinha justamente do fato de ela não ser propriamente política no sentido estrito do termo, e se realizar *por dentro* da psicanálise. Segundo a leitura fornecida pelo movimento laciano, as sociedades ligadas à IPA eram conservado-

17 Currículo atualizado da Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos – 1983.

ras não apenas porque eram pouco democráticas e fechadas ao clamor da sociedade, mas porque *praticavam uma psicanálise conservadora*. Somente a verdadeira psicanálise – possibilitada pelo “retorno a Freud” preconizado por Lacan – uma psicanálise restaurada em seu potencial disruptivo das certezas estabelecidas, contém uma crítica verdadeira àquela ortodoxia representada pela IPA. No próximo item, voltarei a esse tema.

*O caso da SPRJ: a revolução francesa e a abertura aos psicólogos*

No final da década de 70, uma série de episódios caracterizaram o que ficou conhecido como a “crise” da SPRJ que girou em torno do “caso Amilcar Lobo”. (Cunha, 1980; Mello, 1980; Cerqueira, 1982). Seu núcleo foi a denúncia de cumplicidade de alguns de seus membros didatas com a tortura praticada pela ditadura, sendo os acusados influentes opositores do movimento argentino desde seu início. A denúncia dizia respeito a um candidato em formação, Dr. Amilcar Lobo, cujo analista didata fora presidente da Sociedade, e que, em seu trabalho como médico do exército, tinha por função cuidar para que prisioneiros submetidos a tortura sobrevivessem<sup>18</sup>.

A crise ocorreu em um cenário onde a difusão da psicanálise já era fato consumado e os critérios de elegibilidade e reconhecimento dos psicanalistas não estavam mais exclusivamente sob o controle das sociedades vinculadas à IPA. A situação da SPRJ parecia visivelmente anacrônica com relação ao movimento psicanalítico dessa época. Esse anacronismo transparecia na manutenção de modelos de gestão administrativa e acadêmica considerados obsoletos e antidemocráticos: concentração de poder nas mãos de poucas pessoas que se revezavam nos cargos há mais de quinze anos; entrave ao desenvolvimento do processo de formação com reduzido número de analistas didatas, pouco incentivo à produção teórica e inflexibilidade quanto às transformações teórico-técnicas em curso na psicanálise. De fato, os detonadores da “crise” estavam entre seus membros mais progressistas que patrocinaram a expansão da psicanálise para além dos muros da SPRJ e da formação médica, abrindo campo para os psicólogos.

A “crise”, então pode ser traduzida como uma tentativa de recolocar a própria Sociedade a serviço da atualização do campo psicanalítico com a finalidade de recuperar seu prestígio e seu poder centralizador. Portanto, não se tratava de romper com a SPRJ, embora alguns psicanalistas o tenham feito posteriormente, mas sim de romper com esse anacronismo que a tornava desacreditada e politicamente enfraquecida perante seus membros e candidatos e a própria IPA. Houve algumas visitas da comissão de sindicância da IPA para esclarecer as denúncias e retificar o rumo da instituição. E houve o desligamento do Dr. Amilcar Lobo. Houve também o desligamento dos líderes do movimento progressista que tomou corpo no final da década e trouxeram a público a denuncia contra Lobo (Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas). Pellegrino e Mascarenhas, entretanto, foram readmitidos um ano após o veredicto da comissão da IPA (Cerqueira, 1982).

O já difundido “retorno a Freud” promovido por Lacan e seus seguidores se apresentou estrategicamente como o novo mote para a atualização da sociedade, desde que sua apropriação diluísse as posições mais radicais dos lacanianos como a estrutura e frequência das sessões e a proposta de formação nos moldes da Escola fundada por Lacan. A essa apropriação denominamos de “revolução francesa” na SPRJ. Procedia-se a um raciocínio por analogia que constrói as seguintes séries em oposição:

Democracia (cidadão) – Lei (castração simbólica) – Ordem do Discurso (reificação do discurso lacaniano)  
X

Autoritarismo (súdito) – Fragilidade da Lei (pai arcaico onipotente/mãe fálica) – Ordem da Força (apropriação do discurso kleiniano)

Esta analogia se ancorava sobre a seguinte derivação lógica: 1. A imediata reificação do discurso lacaniano como a única psicanálise possível; 2. A compatibilização desse discurso com os princípios igualitários da democracia e da noção de cidadão; 3. A ideia de que o discurso kleiniano se prestava a uma utilização autoritária, ainda que fosse uma apropriação indevida; 4. A ideia de que é preciso restaurar em uma “política da psicanálise” tanto a democracia quanto a verdadeira psicanálise, a essência do pensamento freudiano que tem como suporte o dis-

18 Todo esse episódio é bem mais complexo do que posso apresentar aqui, para uma história completa ver Vianna (1995) e Coimbra (1995).



curso lacaniano.

Em outras palavras, o “retorno a Freud” pretendia a eficácia de uma nova ortodoxia que deveria ser colocada acima de qualquer suspeita. Podemos inferir daí que a lógica do cidadão, que justifica a metáfora da “revolução francesa”, frente à lógica do tirano constitui uma requintada estratégia de poder do grupo progressista, atingindo diretamente os setores mais conservadores da Sociedade (na época, apelidados de “barões da psicanálise”)<sup>19</sup>, e sendo até certo ponto compatível com a avaliação da comissão da IPA.

O movimento lacaniano no Rio de Janeiro, portanto, com sua proposta de uma psicanálise “subversiva”, seu apelo por romper com o modelo médico e com o discurso universitário, tornou-se especialmente atraente para um número cada vez maior de psicólogos que ainda não conseguiam se definir como psicanalistas, para um número crescente de jovens de certo modo familiarizados com a experiência como pacientes e para os psicanalistas engajados na modernização do campo psicanalítico a fim de prescrever outro tipo de controle sobre seu status teórico, político e social.

### Para Concluir

No cenário da década de 70, apresentamos como os psicólogos paulatinamente se apropriaram da psicanálise constituindo uma “psicologia psicanalítica”, e forçaram, com sua demanda por uma formação reconhecida, a criação de novos grupos de formação que vão se legitimar paulatinamente com o suporte da “vaga argentina” e da ortodoxia lacaniana. Esta última lança a psicanálise em novo patamar e traz uma resposta eficaz a essa demanda avançando para a consolidação da “psicanálise dos psicólogos”.

Hoje, as Sociedades da IPA têm uma maioria de psicólogos em seus quadros, o movimento lacaniano produziu inúmeras instituições de formação que pretendem se organizar no modelo da Escola de Lacan<sup>20</sup>, e outras tendências da psicologia clínica buscam reconhecimento fora do campo psicanalítico. A ortodoxia lacaniana parece resolver de modo emblemático o problema da eterna divisão entre a politização, entendida como esquerdização, do movimento psicanalítico e o rigor que concerne à formação profissional propriamente dita. As já consagradas oposições entre individual e grupal, privado e público, esquerda e direita se fundem no caráter subversivo das formulações lacanianas, em sua exigência de um complexo trabalho intelectual ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, promove uma espécie de deselitização de sua prática (frequência variável, acesso facilitado ao tratamento) que se dissemina mais recentemente inclusive na saúde pública, principalmente nos ambulatórios e demais serviços de saúde mental. De fato, o repúdio lacaniano às regras estritas das sociedades “oficiais”, que impediriam a realização de uma análise fora de seu *setting* ortodoxo (divã, três a quatro vezes por semana, sessões previamente determinadas através de um contrato etc.), favorecem a realização da psicanálise em qualquer contexto, fora de qualquer *setting* pré-estabelecido, o que inclui as situações pouco ortodoxas encontradas no serviço público<sup>21</sup>.

A intensa difusão social da psicanálise observada no decorrer dos anos 1970, ao implicar uma difusão no interior do campo profissional clínico, mudou a face do movimento psicanalítico. Como vimos, a história dessa transformação se entrelaça à história da psicologia clínica no Rio de Janeiro e à disputa política em torno do monopólio da formação e da atribuição do título de psicanalista. Essa disputa acaba sempre se recolocando em novas bases porque ela gira em torno da definição do que é *ser um psicanalista*, e o que, afinal, é a psicanálise. Questões que, sempre alimentando as querelas entre as escolas e seus mentores, não são passíveis de resolução.

### Referências Bibliográficas

- Cavalcanti, Maria T. e Ana Teresa A. Venancio (Orgs.) (2001) *Saúde Mental: campo, saberes, discursos*. (Rio de Janeiro: Edições IPUB-CUCA)
- Cerqueira, Gisálio (org.) (1982). *Crise na Psicanálise* (Rio de Janeiro: Graal.)

19 Ver sobre isso Mello (1980) e Cunha (1980).

20 Entre 1983 e 1997 treze novas instituições de formação lacanianas foram criadas no Rio de Janeiro (Russo, 2009).

21 Essa aproximação entre a psicanálise lacaniana e a assistência pública em saúde mental pode ser percebida nos trabalhos de Cavalcanti (1992), Cavalcanti e Venâncio (2001), Figueiredo (1997), Figueiredo e Alberti (2006) e Tenório (2001), entre outros.

- Chebabi, Wilson de Lira (1972) *Identidade dos profissionais em saúde mental*, (mimeo)
- Coimbra, Cecília (1993) “A produção de subjetividade nos anos 70 no Brasil e as práticas ‘psi’”, in Russo, Jane & João Ferreira Silva Filho (orgs.), *Duzentos Anos de Psiquiatria* (Rio de Janeiro, Relume Dumará).
- \_\_\_\_\_ (1995) *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre* (Rio de Janeiro: Oficina do Autor).
- Cunha, M.C (1980), “A Briga dos Mandarins”, in *Movimento*, (edição de 4/2/1980)
- Fernandes, Ira e cols. (1976) *O Grupo dos Oito – pré-história do CESAC*. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia Clínica (Rio de Janeiro: PUC-Rio)
- Figueira, Sérvulo A. (1985) “Modernização da Família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil.” in Figueira, S.A. (org.) *Cultura da Psicanálise* (São Paulo: Brasiliense)
- \_\_\_\_\_ (1985). “Modernização da Família e Desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil” in Figueira, S.A. (org.) *Cultura da Psicanálise*, (São Paulo: Brasiliense)
- \_\_\_\_\_ (org.) (1988) *Efeito Psi: a influência da psicanálise* (Rio de Janeiro: Editora Campus)
- Figueiredo, Ana Cristina C e Sonia Alberti (Orgs.) (2006) *Psicanálise e Saúde Mental: uma aposta*. (Rio de Janeiro: Companhia de Freud).
- \_\_\_\_\_ (1997) *Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*, 2. ed. (Rio de Janeiro: Relume Dumará).
- \_\_\_\_\_ *Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970-1983*. Dissertação de mestrado (Rio de Janeiro, PUC-Rio)
- Katz, Chaim Samuel (1974), “Algumas observações essenciais sobre a Formação Analítica” in *Psicanálise em Crise-Conscientia I* (Petrópolis: Vozes)
- Langenbach, Miriam (org.) (1982) *O Serviço de Psicologia Aplicada da PUC-RJ* (Rio de Janeiro, PUC-RJ, série Estudos, n.10)
- Langer, Marie (org.) (1977) *Questionamos II – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*, (Belo Horizonte: Interlivros)
- \_\_\_\_\_ (1980) “Vicisitudes del Movimiento Psicoanalítico Argentino” in Suárez, A. (org.) *Razón, Locura y Sociedad*, (México: Siglo Veintiuno)
- Mancebo, Deise (1997) “Da Psicologia Aplicada à institucionalização universitária: a regulamentação da Psicologia enquanto profissão.” In: *Cadernos do IPUB*, n. 8 : 161-177
- Martins, Luciano “A geração AI-5” (1979) in *Ensaio de Opinião* n. 11 (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Mello, Eleonora (1982) “A criação de uma Sociedade Psicanalítica de autogestão – um depoimento”, in *Memória IFP/Cartel – Psicosecrita*, (Rio de Janeiro,; Depto de Publicação IFP)
- Mello, Roberto (23/9/1980) “Os Barões da Psicanálise” em Caderno B, *Jornal do Brasil*.
- Mokrejs, Elisabete (1992) *A Psicanálise no Brasil: as origens do pensamento psicanalítico* (Petrópolis: Vozes)
- Oliveira, Carmem Lucia M. V. de (2006) *História da Psicanálise–São Paulo (1920–1969)* (São Paulo: Escuta).
- Plotkin, Mariano B. (2001) *Freud in the Pampas*. (Stanford: Stanford University Press)
- Ponte, Carlos Fidelis (1999) *Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil* Dissertação de Mestrado, (Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz)
- Rocha, Gilberto S (1983) *Psicanálise e Psiquiatria - uma introdução epistemológica ao surgimento da psicanálise no Brasil* Dissertação de Mestrado, (Rio de Janeiro: PUC-Rio)
- Ropa, Daniela e Denise Maurano (orgs.) (1989) *Agenda de Psicanálise* (Rio de Janeiro: Xenon)
- Russo, Jane (2002) *O mundo psi no Brasil*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar)
- \_\_\_\_\_ (2007) “Psychoanalysis in Brazil – Institutionalization and Dissemination among the lay public” in *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe* vol. 18, nº 1: 63-80.
- \_\_\_\_\_ (2009) “The lacanian movement in Argentina and Brazil: the periphery becomes the center”, in Damousi, Joy and Mariano Ben Plotkin (orgs.), *The transnational unconscious: essays in the history of psychoanalysis and transna-*

*tionalism* (Hampshire: Palgrave Macmillan).

- \_\_\_\_\_ (2012) "The social diffusion of psychoanalysis during the Brazilian Military Regime: psychological awareness in an age of political repression" in Damousi, Joy and Mariano Ben Plotkin (eds.), *Psychoanalysis and Politics. Histories of Psychoanalysis under Conditions of Restricted Political Freedom* (New York: Oxford University Press).
- Santos, Tania C. (1982) *A difusão da psicanálise na família: um estudo sobre a mulher*. Dissertação de Mestrado, (Rio de Janeiro : PUC-Rio)
- Tenório, Fernando (2001) *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. (Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos)
- Velho, Gilberto (1981) *Individualismo e cultura* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Vianna, Helena Besserman (1995) *Politique de la psychanalyse face à la dictature et a la torture: n'en parlez à personne* (Paris: L'Harmattan).
- Vilela, Ana Maria Jacó (org.) (2011) *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. (Rio de Janeiro, Imago Editora)

## Documentos Pesquisados

### A) Boletins e Revistas

- *Anais do XIII Congresso Latino-Americano de Psicanálise* – 16 a 20 de novembro, Rio de Janeiro, SPRJ/COPAL.
- *Anais do 8º Congresso da Associação Brasileira de Psicanálise*, junho de 1980.
- *Avaliação do I Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil* – APPIA, 1972.
- *Boletins da APPIA*, de maio/75 a abril/82.
- *Boletim Circulando* – Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, ano I, nº 1, set/82.
  - ano II, nº 2, jan/83.
  - ano II, nº 3, nov/83.
- *Boletim do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro*, ano I, nº 1, set/78.
- *Boletim Comemorativo do 10º Aniversário da Clínica Social de Psicanálise* – 1983.
- *Boletim Comemorativo dos 30 anos de fundação do Instituto de Medicina Psicológica* – outubro de 1982.
- *Boletim Comemorativo do 25º Aniversário da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro* -1980.
- *Boletins Foco* – Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro – Instituto de Psicanálise, de mar/abr 83 a nov/dez 83.
- *Boletim Informativo da Clínica Social de Psicanálise*, nº VI, dez/80.
- *Boletins da Letra Freudiana*, atividades de 81-82.
  - atividades do 2º sem. 82.
  - atividades do 2º sem. 83.
  - nº 0, jul/83.
- *Boletim Maisum* – Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, nº 3, jul/81.
  - nº 15, agosto/82.
  - nº 16, agosto/82.
  - nº 30, nov./83.
  - nº 31, dez./83.
  - nº 33, mar./84.
- *Boletim de relatórios e resumos de trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil*, APPIA, 1976.
- *Boletim da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro*, ano IV, nº 1, agosto/83.
- *Boletim da Terra-Clínica Escola de Psicanálise*, 1983.
- *Cadernos de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro*, ano 2, nº 2, 1980.
  - ano 3, nº 3, nº 3, 1982.
  - ano 4, nº 4, 1983.
- *Cadernos de Psicanálise* – Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, jul./82.
- *Cadernos da SEPLA*, nº 1, verão/83.

- *Código de Ética e Legislação*, Ministério do Trabalho, Conselho Federal de Psicologia.
- Correspondência da Diretoria do CESAC com o Grupo organizador do Curso de Especialização em Psicologia Clínica – maio/78 a janeiro/79.
- *Jornal do 1º Congresso Interno da Sociedade de Estudos Latino-Americanos (SEPLA)*, novembro de 1982.
- *Relatório Oficial da Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil no Brasil* – APPIA, 1972.
- *Relatório de Avaliação do Ano Letivo de 1976* do CESAC.
- *Revista Argentina de Psiquiatria y Psicología de la Infancia y de la Adolescência*, ano 1, nºs 3-4, set/dez. 70, ASAPPIA.
- ano 3, nº 1, jun/72, ASAPPIA/PAIDOS.
- *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. I, nº 1, 1967, ABP.
- vol. XVI, Nº 1, 1982, ABP.

#### B) Estatutos, Currículos e Programas

- Anteprojeto do Estatuto da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro elaborado pela Comissão de Reforma dos Estatutos – dez./82.
- Ata de Fundação da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) – 31 de janeiro de 1972.
- Currículo atualizado da Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos – 1983.
- Estatutos da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) – jan./72.
- Estatutos da Causa Freudiana do Brasil – 1983.
- Estatutos do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro.
- Estatutos e Regimento Interno do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro em vigor a partir de 1978.
- Estatutos e Regimento Interno da Sociedade Brasileira de Psicanálise em vigor a partir de 1983.
- Estatutos da Sociedade de Psicologia Clínica – Instituto de Psicanálise em vigor a partir de 1982.
- Programa do Curso Formação de Psicanalistas e Socioanalistas do IBRAPSI – 1980.
- Programa do Departamento do Campo Freudiano para o 1º Semestre de 1977 – Faculdades Integradas Estácio de Sá.
- Programa do Grupo Petropolitano de Estudos Psicanalíticos para o 2º semestre de 1983.
- Programa para a Formação de Psicoterapeutas de Grupo para 1983 – SPAG–RJ.
- Programa do I Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil da APPIA – 9 a 13 de julho de 1972.
- Programa do II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil da APPIA – 14 a 18 de abril de 1976.
- Organograma da Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro – Instituto de Psicanálise.
- Regimento Interno do Núcleo de Estudos e Formação Freudiana (NEFF) – jun./78.
- Regulamento do Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise em vigor a partir de 1983.

#### **Endereço para correspondência**

Rua Smith de Vasconcelos 55/101

Cosme Velho – 22241-160

Rio de Janeiro – RJ

Brasil

[anacrisfigueiredo@gmail.com](mailto:anacrisfigueiredo@gmail.com)